

QUAL É A MULHER QUE MERECEMOS? *

VERENA MARTINEZ ALIER **

Em vez de fazer uma rápida revisão das contribuições antropológicas mais recentes, prefiro retornar ao primeiro antropólogo a se ocupar, de uma perspectiva tanto histórica como estrutural, da condição social da mulher. Estou pensando em Lewis Morgan e sua obra "A Sociedade Antiga" que, como todos sabem, serviu de base para Engels na sua obra "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado". Quero sugerir que, à luz da teoria da História proposta por estes dois autores, tentemos repensar algumas questões básicas.

Acredito que qualquer solução que se queira dar à condição da mulher pressupõe, em primeiro lugar, uma compreensão das suas determinações historicamente específicas. Em síntese, o que Morgan sugeria era que, em última instância, é o grau de desenvolvimento das "artes de subsistência" que determina as formas de família em cujo âmbito se definem as funções e prerrogativas sociais do homem e da mulher.

Quer dizer que não é o processo de produção que, de maneira imediata, determina os papéis sexuais, mas que estes são mediados pela forma da família própria a cada modo de produção.

Como Engels sugeriu, a família constitui o *aparelho de reprodução social* da sociedade. É a partir desta função que se definem e articulam os papéis sexuais.

Em outras palavras, para compreender a origem e o significado da situação da mulher em uma sociedade, ou em um momento histórico dado, devemos entender a forma específica da organização da *reprodução social* que, por sua vez, é o próprio *processo de produção*.

Quando falo da família como o aparelho de *reprodução social* da sociedade, devo ressaltar que estou pensando aqui tanto na reprodução ideológica através da socialização, como apontado por Wilhelm

Reich, como na reprodução das relações sociais e de produção. Porém, enquanto que no caso das sociedades ditas primitivas, existiria para cada sociedade um único sistema de reprodução — o seu sistema de parentesco específico — na sociedade capitalista cada classe teria a sua forma de reprodução social própria, cuja natureza e significado dependeria do acesso ou não aos meios de produção por cada classe. Enquanto que, no caso do proletariado, o que estaria em questão seria a reprodução social da força de trabalho, no caso da burguesia tratar-se-ia da reprodução dos detentores do poder. E isto implicaria papéis sociais e uma inserção na produção específicos para a mulher da classe trabalhadora e para a mulher da burguesia.

Joan Scott e Louis Tilly, em artigo recente sobre o trabalho da mulher e a família na Europa do século 19, apontam precisamente para esta distinção fundamental quando criticam a interpretação burguesa, que concebe a história da mulher como um processo único de transição gradativa de um lugar tradicional no lar a uma posição moderna no mundo do trabalho.

Como elas demonstram, ao contrário da burguesia, para o campesinato e o operariado funções femininas e econômicas não eram consideradas incompatíveis. A grande maioria das mulheres que integravam a força de trabalho na Inglaterra do século 19 pertencia à classe operária. E isto é compreensível. A reprodução da burguesia dependia tradicionalmente do resguardo e controle de suas mulheres para garantir a sucessão legítima, no sentido apontado por Engels, como da expropriação da classe trabalhadora. Em consequência, esta se vê obrigada a vender a sua força de trabalho, tanto dos seus homens como das suas mulheres, para se reproduzir socialmente como tal. Esta perspectiva de entender os papéis sexuais tem várias consequências analíticas. Em primeiro lugar, combate uma visão formalista, a histórica da divisão sexual de funções. O significado específico de uma forma de divisão sexual de funções será dado pelo momento histórico e contexto social em que se dá. De tal maneira, por

* Comunicação apresentada no Simpósio "Contribuições das Ciências Humanas para a Compreensão da Situação da Mulher". XXVII Reunião da SBPC, Belo Horizonte, julho de 1975.

** Da Universidade Estadual de Campinas.

exemplo, esferas de atividades e papéis sexuais separados não necessariamente implicam discriminação ou hierarquia. Diferenças sociais não necessariamente implicam desigualdade social. É a estrutura social que pode usar estas diferenças para marcar desigualdades.

Em segundo lugar, combate uma visão que interpreta a condição da mulher como a consequência de uma conspiração dos homens contra as mulheres.

E, em terceiro lugar, nos leva a considerar o homem e a mulher como categorias eminentemente sociais e não naturais, cujo significado é dado historicamente.

No que se refere à mudança social cabe ressaltar, ainda, um último ponto a ser tido em conta em qualquer tentativa de compreensão de mudanças de papéis sexuais. Como foi dito, por sistema de produção social entendo tanto um conjunto de normas como um conjunto de relações sociais e relações de produção. Porém, a relação entre normas e práticas é dialética. Eventualmente, uma modificação nas relações de produção determinará também uma correspondente modificação no sistema de normas, mas, no processo de transição, estas últimas exercerão uma influência importante nas primeiras.

Para aclarar o que estou querendo dizer, deixem-me dar um exemplo. Trata-se dos resultados de uma pesquisa sobre trabalho feminino na agricultura, realizado entre um grupo de chamados *volantes*, na região de Campinas. A história deste grupo é a história de uma mudança bastante fundamental produzida inicialmente pela crise do café e completada pela extensão da legislação trabalhista ao campo. A médio prazo, a antiga organização de reprodução e definição de papéis sexuais pareceu estabelecer certas barreiras à plena proletarização das mulheres. Ao mesmo tempo, entretanto, a nova situação de trabalho também parece colocar um desafio para a antiga organização familiar.

No colonato, a família constituía uma unidade produtiva. Todos os membros trabalhavam para o bem da família como um todo, sob a liderança do chefe da família. Era ele quem estabelecia o contrato com a fazenda, que recebia os ganhos e os controlava. Como trabalhadores assalariados, cada membro vende seu trabalho individualmente. Todas as mulheres trabalhavam *a vida toda*, mas, enquanto anteriormente trabalhavam como filhas ou esposas de colonos — como dizem, “para a gente”, “por conta” — agora que os fazendeiros já não lhes garantem terra para trabalhar, elas são forçadas a trabalhar fora por um salário. Anteriormente, elas participavam da produção de sua subsistência como uma extensão de suas tarefas domésticas, sob a direção dos homens. Agora, têm que vender seu trabalho

por um salário a fim de comprar o que é preciso para a sua subsistência. Poder-se-ia deduzir que esta introdução das mulheres na produção social tem levado à sua emancipação parcial. Porém, eu sugeriria que, ao contrário, essa aparente emancipação sexual tem implicado uma maior exploração pelo capital. A opção dos fazendeiros, em um momento histórico, pelo colonato na região do café, de preferência ao trabalho assalariado, se devia, entre outros fatores, a que implicava uma maior intensidade de trabalho por parte da família do colono, no seu conjunto, obtida através do uso só parcialmente remunerado do trabalho familiar. Como as mulheres dizem, sendo excluídas do trabalho assalariado, aparentemente trabalhavam “para a gente”. Portanto, estavam subordinadas só ao cabeça da família. Ao se proletarizarem, se subordinaram diretamente ao capital, pelo qual são agora duplamente exploradas, tanto na sua condição de vendedoras de força de trabalho *per se*, como especialmente de mulheres. Ainda que, como dizem, “a mulher faz a mesma coisa que o homem”, e “quem trabalha por dia tem que fazer o que manda: manda picar pedra, nós vai, cavocá valeta, nós vai”, por outro lado também dizem que “homem mesmo fala que não gostam de trabalhar no meio de mulher, mulher puxa muito, se arrebetam para os outros”. A produtividade comparativa da mulher e, portanto, a sua taxa de exploração, é maior por uma série de fatores. Por uma parte, é ela quem realiza os trabalhos mais exigentes, tanto em termos absolutos como pelo sistema de pagamento. Por outra, quando trabalha “por dia” a sua remuneração é muitas vezes inferior à dos homens. E, por último, o seu poder de barganha é menor, tanto pela natureza do mercado de trabalho, que oferece um maior número de alternativas para o homem, como por razões culturais. Como um turmeiro explicou a sua preferência por trabalhadoras, “a mulher se sujeita mais ao serviço; a mulher trabalha mais porque tem brio, vergonha; homem não tem isso; eles (os homens) fala: ‘si ele (o turmeiro) chama a atenção, eu chamo também’; *elas* não tem voz para responder”.

Além do mais, como assinalou uma mulher, “as mulheres ganha pouco e já está contente, os homens não, eles olham; homens querem saber de ganhar mais; precisa mesmo, sendo cabeça da casa; tem que dar conta de tudo; por isso espera ganhar mais”.

Agora como antes, o trabalho da mulher é socialmente definido como subsidiário ao sustento da família e, portanto, a pressão sobre ele para maximizar ganhos é menor. Além do mais, tendo estado tradicionalmente em uma relação de subordinação ocupacional aos homens, num padrão que, na medida que seus empregadores são homens, persiste na nova situação de trabalho, tendem a ser menos reivindicativas. E, finalmente, em parte em decor-

rência da distribuição tradicional de esferas de atividades entre os sexos, relutam em trabalhar entre estranhos, o que reduz uma vez mais a sua mobilidade ocupacional, e a capacidade de ir atrás de um salário melhor. Porém, que fique claro que a maior exploração da mulher não é uma decorrência da sua subordinação inerente aos homens, mas de sua subordinação de classe. O desempenho da mulher trabalhadora na produção é uma decorrência direta da organização específica da reprodução social da classe trabalhadora. Poder-se-ia sugerir, então, que a luta deve ser por remuneração e oportunidades iguais de trabalho para homem e mulher. Tal luta, porém, em vez de atacar o problema pela raiz, implicaria meramente um aperfeiçoamento do sistema capitalista, mediante a proletarização plena da mulher. Isto não quer dizer que se deve depreciar o valor estratégico de uma luta econômica em contribuir para a aglutinação e mobilização deste setor da classe trabalhadora. Porém, não se deve confundir estratégia com solução. Uma revolução social não se faz através de uma revolução sexual, mas esta última pode criar condições mais favoráveis para a primeira.

No entanto, cabe ressaltar aqui o contrário do que muitas vezes foi sugerido, de que em razão da baixa consciência de opressão de classe da mulher, devido ao seu isolamento parcial do capital, enquanto dona de casa ela tende a se rebelar individualmente contra o marido, em vez de contestar diretamente o sistema. Porém, no caso das mulheres volantes, constatei que existem dois *níveis* de reivindicação, segundo a maneira como elas se vêem. Enquanto mulheres, sentem agudamente que agora a parte pior é delas. Como uma diz em um desabafo, "na outra encarnação a gente vai ser homem; então nós picha eles". E outra sugeriu, de modo drástico, enquanto terminava uma vala que alguns homens

tinham deixado pela metade: "precisava cortar o negócio, o pinto para o cachorro comer; cortar tudinho, o saco, tudo, para dar pro cachorro comer. Eles (os homens) não têm coragem".

Enquanto *pobres*, no entanto, têm plena consciência de quem é o inimigo real. Como uma diz:

"Se não houvesse pobre, lavoura, plantação acho que não existia, porque a senhora vê, uma pessoa rica nem que sabe, nem por brincadeira pega na enxada pra trabalhar, né? E a senhora vê que o pão de cada dia sai do pó da terra, né? É do braço dos pobres. Então, o rico quer dinheiro, e os pobres quer mantimentos, né? É porque, agora, se fosse tudo rico, aí então ninguém ia querer saber de trabalhar, né?... As pessoas que são ricas, as pessoas que já são meio remediadas, né, nem que sabê de trabalhar, ela vai preferir pagar prá outra pessoa, prá pobre trabalhar do que ela se esforçar, né? É que nem a gente que é pobre, que já precisa, né, enfrenta. Já nasceu prá essa luta mesmo, né?".

No que se refere à situação da mulher burguesa, a sua luta pela emancipação, através da sua aceitação no mundo do trabalho, tem implicações contraditórias. Se, por uma parte, converte a família burguesa em uma unidade de consumo acabada, por outra gera sérias contradições pelo choque entre a ideologia familiar burguesa, que define o lugar da mulher como sendo no lar, e uma prática que, colocando-as no mundo do trabalho, as leva a contestar os fundamentos da moral burguesa.

Enfim, para resumir, cada sociedade e cada classe tem a mulher que merece.

[Recebido para publicação em julho de 1975]